

**Encontro de Reestruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – regional
Sudeste.**

Juiz de Fora, 7 a 8 de fevereiro de 2007

I) Abertura: Exposição Dialogada – FBES; SENAES; Movimentos Sociais;

João Luis – mediador (comissão de reestruturação)

Fernando Kleiman – SENAES

Rita de Cássia – Movimento de Mulheres do Rio de Janeiro

João Roberto – FBES (coordenação Sudeste da reestruturação)

Apresentação da Programação do encontro e notificação de que as seguintes instituições foram chamadas para o encontro, mas não puderam participar:

Movimento dos catadores através da ASMARE

Movimento da agricultura familiar

MDA através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial

MDS

Fernando Kleiman - SENAES

Fico muito feliz em representar a SENAES porque acompanhei a formação do fórum de Economia Solidária em São Paulo. A SENAES foi provocada a discutir sua relação com o FBES, a partir do surgimento dessa pauta no movimento. Assim, trago o acúmulo das discussões na SENAES, mas me coloco também como militante e estudioso da Economia Solidária.

Atualmente, há entendimento cada vez mais comum, compartilhado, do que é a Economia Solidária. Já há alguns consensos construídos, e um marco nessa construção que foi a CONAES. A autogestão tem sido reafirmada como um princípio de prática da Economia Solidária, inclusive como proposta de construção de um modelo econômico não capitalista, como proposta de socialismo democrático, que entendo como a construção do socialismo. Cabe ainda ser realizarmos o debate sobre se é um modelo paralelo ou não. Além disso, a Economia Solidária eleva a democracia ao seu mais alto grau. Essa vinculação é fundamental e vem aparecido de forma consistente nos últimos anos.

Houve também crescimentos, dos quais aponto:

O reconhecimento do que é Economia Solidária através do mapeamento, e a demonstração de sua força e relevância. Os um milhão e meio de trabalhadores envolvidos refletem isso. Definiu-se o campo e define-se uma identidade.

A CONAES foi um marco que é resultado de muitos processos como SENAES, FBES, encontros estaduais, nacionais... Foi um debate nacional que se constitui a partir de debates estaduais, que envolveram outros atores.

Houve desenvolvimento para a constituição de novos empreendimentos e crescimento nos movimentos sociais em que a Economia Solidária se apresenta como transversal a exemplo da Reforma Agrária, da democratização política e outros movimentos que a vêm incorporando.

Com relação às políticas públicas, houve crescimento nos governos federal e nos estaduais. Um indicador disso foi a convocação das conferências estaduais pelos governos de estado - quatorze convocaram e tiveram participação, a expectativa era que apenas dez convocassem as conferências.

Há um mapa político favorável, são dezessete governos de estado que têm possibilidade de desenvolver políticas de Economia Solidária, governos de partidos como PT, PSB, PMDB. Essa expectativa pode ser maior ou menor na realidade, mas há essa possibilidade. Já há leis, programas, departamentos de Economia Solidária nos estados.

A valorização do FBES com papel histórico na constituição da Economia Solidária, na organização das pautas efetivas, com canais organizados para realizar essas discussões e iniciativas como o apoio aos gestores públicos (dentro dos limites de sua possibilidade de resposta). Um exemplo disso é que a SENAES indica que os governos procurem também os fóruns de seus estados quando pretendem implementar uma política para a área.

A SENAES também tem críticas com relação ao fórum. O FBES é a origem que estabelece para si, e é um espaço que já se reorganizou, mas ainda tem desafios a enfrentar como a representação dos empreendimentos e como essa pauta é construída; como se relacionam, ou se pautam pelos fóruns, as entidades de fomento; a relação com a Rede de Gestores.

O principal desafio é a consolidação dos empreendimentos, ou seja, a consolidação da Economia Solidária como estrutura produtiva. Não se pode ficar só na política, é necessária a construção de alternativas através do fortalecimento da produção, como aponta a CONAES: assistência técnica, legislação, crédito, a formação de cadeias produtivas e redes de produção como forma de integração da produção.

A valorização da Economia Solidária, como política, passa pela relação com SENAES, MDA, MDS. A SENAES não deve se colocar como espaço exclusivo, mas como articulação para dentro do governo. O que não ajuda é colocar problemas na relação com o FBES.

O crescimento também passa pelos âmbitos políticos e formais, pela lei orgânica da Economia Solidária que a regulamente como direito e institucionalize o caminho da realização dessa política dentro da lei. A discussão do Sistema Nacional de Economia Solidária para que ele seja um sistema de integração.

O GT de marco jurídico teve avanços, mas há alguns desafios colocados. As cooperativas foram excluídas do "Super Simples", e isso é algo que o Conselho Nacional de Economia Solidária deve discutir, mas FBES também deve. Sairá um artigo sobre isso, em

breve. Quanto a lei geral das cooperativas, a lei 8.666 que entrou no PAC, a batalha agora é congressual, e pode ser feita via Fórum.

O FBES precisa fazer essas lutas. A situação mudou desde 2002/2003 quando se estava organizando a Economia Solidária como movimento novo, novos sujeitos políticos, o FBES, e novo espaço no governo, a SENAES. Na construção do PPA – 2011, na reestruturação do FBES, as pessoas devem demandar respostas primando pela democracia, debate e a participação. Há ainda, a consolidação da relação com os demais atores – movimentos de Saúde, Educação, Mulheres que deve apontar caminhos de participação.

A SENAES não se pretende a única, é preciso desenrijecer essa relação. Superar a rigidez da mesa de negociação para a construção de uma pauta política que é nossa. Tendemos sempre a cair para a rigidez, mas precisamos considerar o tempo do movimento, dos empreendimentos e do governo. É preciso enfrentar essas diferenças de forma coordenada e solidária. A forma como se lida com essa questão merece reflexão, a exemplo de como ocorreu a CONAES.

Rita de Cássia – Movimento de mulheres

O número de mulheres que invadem o mercado de trabalho no país é cada vez maior. Precisamos de atitudes imediatas – a Economia Solidária traz a proposta de outra economia, o que traz desafios com urgência de serem resolvidos.

O Rio de Janeiro tem mais mulheres do que homens nos empreendimentos e isso não apareceu nos documentos da SENAES. Precisamos de outras informações que ajudem a tirar essas mulheres do anonimato.

Como a Economia Solidária pode ajudar as mulheres que estão na exclusão e no anonimato? Como será a porta de saída, se houver expectativa com relação à diferença que se procura – dupla jornada, anonimato – soluções pra isso.

De que forma a Economia Solidária vê o movimento? Como podemos caminhar dentro dessa economia?

Se continuarem as reuniões de mulheres, resolvendo os nossos problemas, nesse fechamento, como colocar em prática uma mudança de sistema econômico? Nesses quatro anos de SENAES está tudo no papel, não há política específica e precisamos muito dessas políticas.

O que a Economia Solidária vai fazer para as mulheres saírem dessa opressão e dessa desigualdade? Como pagar previdência? Precisamos disso. São coisas imediatas, não há tempo para formular projetos, esperar respostas.

Como a se está vendo a questão da visibilidade do trabalho feminino? Por que o número de mulheres não foi mostrado, se elas são maioria? É preciso construir direitos, como temos com as mulheres trabalhando em fábricas, sofrendo com o trabalho, mas tendo seus direitos. Como garantir esses direitos para mulheres em um grupo de fundo de quintal? Como elas terão o sossego, a segurança da licença maternidade, direito a férias? Como garantir conquistas de trabalhadoras antigas?

Como trabalhar com a Economia Solidária? Deixar o trabalho tradicional para montar um grupo e construir um mundo melhor, como deixar isso para encontrar um mundo melhor? Cadê a creche para deixar os filhos?

Temos pressa porque já estamos na Economia Solidária há muito tempo, e fazemos questão de estarmos incluídas na arrumação dessa casa, não como grupo só de mulheres, mas como grupo de pessoas colaborando na socialização e na transformação. Acredito na luta feminista e nessa transformação.

João Roberto - FBES

A proposta desse encontro é refletir junto com vocês esse momento. Como chegamos aqui e como apontamos para frente. O FBES precisa ganhar mais autonomia.

O deslocamento nacional – estadual: nessa separação não há vinculação maior entre as discussões do governo. A SENAES tem se esforçado, mas avança muito pouco do ponto de vista político, o que é reflexo da nossa fragilidade como ator nacional.

O Conselho Nacional nasce fraco, não pelas pessoas que estão lá, mas ele nasce fraco politicamente. A Economia Solidária está dispersa no governo, não há uma política clara de Economia Solidária capaz de fazê-la uma proposta de desenvolvimento para o país. Não há como chegar nesse momento sem ter uma estrutura clara. Os empreendimentos não se reconhecem como Economia Solidária o que é uma deficiência organizativa e formativa.

Os fóruns estaduais estão presos às feiras que são momentos importantes, mas que não são a razão de ser dos fóruns. Isso é sintoma da nossa fragilidade organizativa, da decisão autônoma do FBES. A reestruturação demanda organicidade.

Precisamos resgatar um breve histórico do FBES, das suas possibilidades e dos seus por quês.

A idéia surgiu de um embrião de uma reorganização no Fórum Social Mundial em que se constituiu um GT Nacional de Economia Solidária. A partir do GT Nacional, fez-se a discussão do campo da Economia Solidária e decidiu-se organizar o fórum brasileiro. Nesse momento alguns fóruns estaduais estavam constituídos. Em dezembro de 2002, houve a 1ª. Plenária em São Paulo, com o papel de produzir ações de governo e em 2003 cria-se FBES e SENAES.

Como avanços desses processos destacam-se: os fóruns estaduais organizados, as feiras, mapeamento, legislação, central de comercialização, encontro de empreendimentos. Mas o crescimento rápido gera problemas como fóruns estaduais criados por governos.

Esse caldo necessita, cada vez mais, de maior articulação e densidade política. A CONAES foi atropelada, são os tempos como o Fernando falou. Às vezes criamos espaços institucionais que não temos força política para ocupar.

Na conjuntura atual, a criação do Conselho deve tirar o cordão entre FBES e SENAES. Não se trata de separação e de briga. O que se quer é tirar o cordão umbilical e manter autonomia mínima para discutir com a SENAES e valorizar esse ator. Acabar com essa mistura entre FBES e governo. O fórum é o espaço público com igualdade de condições.

Quando se tem o espaço do Estado e o espaço da sociedade muito claro, é aí que se faz o debate.

Essa oportunidade traz o imenso desafio, por exemplo, as bases estão discutindo sistema nacional?

Esse encontro é o ponto de partida para a 4ª Plenária que deve ser realizada em maio de 2007. Os representantes no Conselho vão falar por quem? Tem debate político? O que nós queremos no Conselho? Como se estrutura o fórum para cumprir essa tarefa?

O PAC é o velho desenvolvimentismo. O Lula não tem como fazer diferente porque nós não ocupamos esse espaço. Quando o Lula apareceu na CONAES, fiquei achando que ao falar para o público ele sentiu a fragilidade política. Precisamos ocupar mais espaço do que ocupamos hoje.

Há muita Economia Solidária no governo, mas está dispersa. Precisamos de um espaço institucional maior dentro do governo (que é debate da SENAES) e uma política clara de Economia Solidária. Cada política pública deve atender todos igualmente (a rede de gestores tem sua contribuição nisso) e estabelecer um programa. Eu tenho dúvida se a resposta é um sistema. E mesmo como chegar ao sistema é uma questão. O PRONADES é proposta do FBES, no Conselho. Hoje há o SIES e se tem como criar uma categorização da Economia Solidária para orientar a política pública. Por que precisamos da definição jurídica de empreendimentos? A agricultura familiar foi definida só em 2006, no entanto há muito tempo há políticas de apoio a esse segmento. O Sistema de Economia Solidária envolve a categorização para saber quem vai ser o beneficiário; o programa de comércio justo que apóia quem produz, quem comercializa e quem consome; o Programa Nacional de Formação, que é da maior prioridade; e o apoio forte a cadeias e redes. Essas discussões têm que ser levadas para o pessoal da base.

O FBES precisa ter mais organização entre fóruns estaduais. Agora com esse encontro da região sudeste damos um passo para apoiar mais efetivamente a integração entre empreendimentos. É preciso trocar com outros estados, ter comunicação efetiva.

As três plenárias foram ricas com debates estaduais, mas como organização é muito frágil. Precisamos chegar lá com todos sabendo o que estão fazendo ali, esse desafio que está colocado hoje: definir a pauta da 4ª plenária a partir das discussões nos estados.

-

Debate

Vera Machado (SP)

Sobre o papel da mulher na Economia Solidária. A rede feminista vem fazendo esses debates. A divisão sexual do trabalho coloca para a mulher o papel histórico da mulher na família. O fórum e as reuniões são espaços em que as mulheres se encontram nas suas diferenças para debater a desigualdade. Sobre a transversalidade, a Secretaria Nacional de Mulheres trabalha a questão da Economia Solidária, foi aprovado um programa para isso. A

coordenação tem que ser feita pela SENAES, mas a transversalidade é necessidade. As mulheres estão na ponta da exclusão da Economia Solidária nos empreendimentos de panos de prato.

Se não criarmos grupos que discutam para além do movimento das mulheres, não criaremos a igualdade sexual do trabalho.

Ronaldo (SP)

Temos que pensar na discussão de gênero em sentido mais amplo. O movimento GLBT vem sendo inserido em debates. Com relação ao direito à creche, a Economia Solidária tem podido dar respostas como são as cooperativas sociais para a saúde mental na questão da obtenção de renda.

Eunice (MG)

Como construir a articulação institucional? O seminário regional da rede de gestores, pelo menos serve para sensibilizar. O MDS tinha que estar aqui, tem que se discutir Economia Solidária na conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. O desafio é implementar formalmente e não - formalmente. Como trabalhar com a lei 8.666 para comprar merenda escolar?

Fábio (ES)

Particpei da coordenação do mapeamento da Economia Solidária. Nem um ¼ dos empreendimentos mapeados pode ser considerado de Economia Solidária. Sem se interessar pelos outros não é Economia Solidária. O mapeamento está bem longe do número real de empreendimentos.

E um comentário sobre os governos de estado: risquem do mapa o governo do Espírito Santo.

Sobre a relação que tem a Economia Solidária com os outros movimentos, a Economia Solidária deve abranger todos os movimentos com o foco de criação de um movimento econômico, mantendo a diferença entre os movimentos sociais.

Há descolamento entre os fóruns estaduais e FBES, porque há outras demandas. Há um grande grupo que tem grandes discussões que impedem a fala de grupos que querem sanar suas necessidades.

Ari (RJ)

Infelizmente a SENAES não tem um departamento que discuta relações internacionais. Apesar de o FBES ter investido nesse sentido, a SENAES tem essa fragilidade, mas é preciso promover a integração da América Latina.

O PPA é estratégico. Qual o orçamento de Economia Solidária no governo? Três bilhões em 2005, e só 66% foram aplicados mostrando que falta acesso ao recurso.

É preciso que se constitua a frente parlamentar para discutir projetos de lei como o “Super Simples”.

Sobre o descolamento dos fóruns estaduais e do FBES, é preciso olhar como a representação leva e traz as informações, como se dá esse processo micro-político e como essa macro-política vai chegar nesse ponto das necessidades dos empreendimentos. Para alavancar os empreendimentos é preciso lideranças éticas, consciência cooperativa, o PLANSEQ pode ajudar a elevar essa consciência, essa mudança de paradigma. É necessária ainda capacitação para criar eficiência administrativa e recurso direto para alavancar as cooperativas.

Por fim noto que não há empreendimentos na constituição da mesa. Como está essa discussão política?

João Roberto (RJ – FBES)

Tudo o que está sendo discutido está dentro da programação e teremos oportunidade de aprofundar. Hoje quem dialoga em nível nacional são as entidades nacionais, legitimamente.

Toda a SENAES unida fechou que a Economia Solidária deveria permanecer no âmbito do MTE. Hoje, o MTE é gestor, tem centralidade na gestão dos recursos do FAT, através da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Precisamos de uma política universal pensamos no sistema público de trabalho e emprego, que é por onde correm os recursos do FAT, em acordo com o CODEFAT. Por que a SENAES não disputa o recurso do FAT e não coloca a Economia Solidária no sistema público de trabalho e emprego? Em 2005 houve reformulação do sistema com brecha para o trabalho, para além do emprego. O sistema público podia dar a capilaridade porque há comissões estaduais.

Fernando (SENAES)

O dado sobre mulheres está no mapeamento. Há um debate longo. Nos empreendimentos de menor porte aparece maioria de mulheres e esses empreendimentos são maioria.

O direito à licença maternidade a idéia colocada pelo movimento é de que as cooperativas garantiriam os direitos ao invés de pagar ao estado para que ele o faça. A cooperativa não dependeria da mediação do estado.

O governo federal é composto por trinta e três ministérios, sendo que vinte e cinco têm políticas de Economia Solidária. Esses ministérios tiveram representação no conselho como proposta, mas a proporcionalidade de poder público, entidades e empreendimentos, não permitiu o aumento do número de ministérios. A CONAES aponta para ¼ de governo no Conselho, para que ele passe a ser um articulador das políticas do governo. Houve exclusão de uma série de parceiros por conta da proporcionalidade.

Criamos espaços institucionais e não os ocupamos, como disse o João. Houve a integração com o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar), o documento do CONSEA fala em Economia Solidária, o movimento tem discutido isso? O CONSEA conseguiu fazer

pauta no governo. Esse ano tende-se a um orçamento de 30 milhões, com 15 milhões para os catadores, por força do movimento, que aprovou um plano plurianual próprio. Precisamos mais discutir estratégias do que identidades.

Sobre a autonomia mínima do FBES: as responsabilidades são diferentes mas o projeto é comum. Esse pacto que tem que ter entre a gente para a construção do socialismo. Com relação ao PRONADES, demandar nesse momento esse programa, talvez seja a questão de efetivar essas articulações.

A Secretaria de Política Pública de Emprego tem um departamento para o FAT e um departamento para o sistema de emprego, dando autonomia ao FAT para fazer articulações.

O problema nessa discussão era a normatização - o que é Economia Solidária. Há debates concretos como o de crédito que não saem sem isso. O SINE (Sistema Nacional de Emprego) contempla: qualificação de mão-de-obra, intermediação de mão-de-obra e pagamento do seguro desemprego. O sistema ainda vê a Economia Solidária como política de assistência para quem não entrou no sistema de emprego. A Economia Solidária não tem condição de programa paralelo, o Sistema Nacional é necessário porque não existe normatização sobre como podemos atuar com estados e municípios.

Existe pauta de relações internacionais do ministério, a estratégia é inserir a Economia Solidária nesse departamento, ao invés de criar outro departamento próprio da SENAES.

Discutimos o mundo do trabalho, ir para o MDS é ser política de assistência, no MTE é mais difícil porque a Economia Solidária é vista como paralelo.

O CODEFAT não normatizou política para a Economia Solidária, dado o pedido de alguns estados. É preciso que o PPA não se restrinja a SENAES e inclua todos os ministérios e assim o fórum pode discutir quais programas são interessantes e não apenas aumentar o orçamento da SENAES.

Sucupira (MG)

Nós temos que tentar aproveitar algumas brechas, nós aproveitamos rubricas para o sistema S, aproveitamos o PROSAM para implementar iniciativas de geração de trabalho e renda. O MEC, na linha do sistema S, pode criar iniciativas coletivas como a Escola de Fábrica.

Para criar um sistema de crédito buscamos parceria com o Banco Popular do Brasil, e o Banco do Brasil vai assumir o risco do nosso crédito. Com o MDA, já que compomos o território do MDA, pautamos o desenvolvimento da Economia Solidária na região.

Acho que as parcerias são importantes, o MST por exemplo. É possível discutir identidade juntamente com estratégias, uma coisa não anula a outra. O MST não está junto porque nós ainda não temos identidade.

A partir da consolidação dos empreendimentos, saindo da chave do artesanato, se as mulheres encampassem mais atividades produtivas, esse desenvolvimento poderia acontecer.

Sobre a Frente Parlamentar, a OCB tem uma bancada forte. Nós ganhamos licitações, mas temos a OCEMG, e a filiação é obrigatória em MG e cassaram o registro de uma cooperativa que vence licitações.

A SENAES só vai avançar com pressão popular.

Sobre o fortalecimento dos fóruns de Economia Solidária, a composição é de entidades de fomento e de poder público. Fica muito difícil a participação dos empreendimentos. O desafio é consolidar os grupos, até para despertar a atenção. A via é garantia da panela cheia para cada trabalhador, se não a representação não se efetiva.

Elaine (RJ)

Temos teoria, mas na prática não há preocupação de construir a base de educação em Economia Solidária nas escolas. Na nossa cooperativa, pensamos com os cooperados como criar mais trabalho e renda, e os cooperados não se apropriam disso (são 1200 cooperados). Não há formação, educação para tratar disso. Ele nunca ouviu falar que ele pode pensar sobre seu trabalho, retirada, carga horária. Que educação é essa que investimos.

Nós nos baseamos na participação da base, mas a base não tem condição de participar saindo da produção. Não há preocupação com o acesso a essa participação por parte do FBES e da SENAES. Até quando vamos ficar a mercê das assessorias? A base tem que ficar dependente da assessoria? Qual é o papel da assessoria? Por que eles não podem servir almoço? Porque não tem nota fiscal. Que acesso é esse? Estamos falando de teoria ou de prática. Gostaria que pensássemos na distância da teoria e da prática.

Não conseguimos nem servir para o FBES como empreendedores. Vim com a intenção de saber qual é o papel da SENAES no fortalecimento ao empreendedor.

Vera (SP)

Peço esclarecimento a João Roberto sobre a necessidade de um marco legal, em seu comentário sobre o PRONAF. Como articular isso no congresso nacional? Precisamos encaminhar que as pessoas de todos os estados que tenham indicação para montar a frente parlamentar no Congresso.

Ronaldo (SP)

Precisamos socializar o documento que aponta caminhos para grupos institucionalizados como o citado PPA de 2005.

Fernando

Não é papel do governo financiar movimento. Os outros movimentos têm recurso para apoiar projetos e não financiar a própria organização. A perspectiva a ser traçada é que o movimento se organize para garantir a participação no movimento. O governo não é responsável por financiar o movimento. O espaço de organização seria de pautar estratégias conjuntas e não apenas não apenas reivindicar do governo. Existem vários espaços em

conselhos, bancos etc, que não são executados por falta de demanda, ou seja demanda-se da SENAES antes de se tentar acessar esses recursos.

João (RJ – FBES)

Já que a SENAES defendeu a permanência no MTE é para defender a utilização dos recursos do FAT e por que não desenvolver um programa nacional de crédito a exemplo do PRONAF que existe desde 2006, mesmo sem normatização legal sobre o que é agricultura familiar.

Sistematização geral em plenária dos trabalhos de Grupo;

II) Apresentação dos estados

Minas Gerais – Fórum Mineiro de Economia Solidária

Constituído por 8 regionais, dentre elas, o fórum metropolitano que centraliza as informações, por exemplo, a indicação para participação em eventos que chega fechada. Há conflitos entre entidades de fomento.

1.a) Bandeiras/Ações:*

- Criação do Centro Público de Economia Solidária em Belo Horizonte e Contagem.
- Realização de feiras municipais, regionais e estaduais.
- Reestruturação dos fóruns regionais.
- Criação do Banco Popular Solidário (parceria com o Banco do Brasil) – regional de Mucuri
- Aprofundamento da temática de Economia Solidária – regional de Mucuri
- Criação de centrais de comercialização – regional de Mucuri
- Fortalecimento de movimentos sociais com objetivos afins.
- Apoio aos movimentos de luta pela terra como o MST.
- Articulação com pontos de cultura.
- Articulação de municípios em redes produtivas – Sul de Minas.
- Seminário regionais de gestores – Sul de Minas, Mucuri, Zona da Mata etc.
- Ampliação de regionais, de 8 para 13.
- Integração da rede de gestores ao fórum estadual e os regionais.

* Algumas informações referem-se a fóruns regionais na medida em que o documento de sistematização do fórum estadual não foi apresentado nesse encontro.

Rio de Janeiro – Fórum do Cooperativismo Popular (FCP)

Fóruns municipais organizados fazem parte do fórum estadual. A participação não era organizada - os representantes não levavam pautas elaboradas o que fazia com que acontecessem micro-reuniões durante a reunião geral.

Começou-se a questionar o papel das assessorias que determinavam uso de recurso, indicação de vagas etc. Houve então a necessidade de um encontro estadual para reestruturação do fórum.

As reuniões serão bi-mensais, com dois representantes de cada fórum regional compondo uma coordenação estadual. As reuniões serão realizadas em todas as regionais a fim de facilitar a comunicação.

1.a) Bandeiras/Ações:

- Fortalecimento dos fóruns municipais.
- Participação no FME (Fórum Mundial de Educação).
- Mapeamento – SIES (Sistema de Informações da Economia Solidária).
- Projeto criado pelo próprio fórum - Casa de Confiança que financia empreendimentos ligados ao FCP (esse fundo não vem sendo acessado).
- Superação das divergências entre empreendimentos e assessorias.
- Divulgação do uso da moeda social, aceita entre artesãos, agricultores até companhia de água.
- Realização de feiras.
- Redução nos ruídos de comunicação.
- Propostas, do fórum estadual aos municipais, de formação para empreendimentos.
- Proposta de uma casa de comercialização de artesanato.
- Definir o papel das assessorias.
- Programa de formação política em parceria com entidades educacionais e universidades.

2.1.a) Parcerias:

Foram desenvolvidas pelas entidades de fomento e assessoria que fazem parte do fórum.

Espírito Santo – Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo (FEPS)

Existe desde 2001 e atua mais na região metropolitana. Os debates partidários causavam esvaziamento do espaço. Em 2006, aprovou-se um regimento interno que, apesar de informal, organiza seu funcionamento. Os empreendimentos e assessorias têm direito a voz e voto e os gestores públicos têm direito a apenas voz. Reuniões são bi-mensais.

Houve o surgimento de dois bancos populares de crédito solidário e de moeda social na região metropolitana.

A secretaria do FEPS é mantida pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

1.a) Bandeiras/Ações:

- Luta pela reforma agrária com apoio ao desenvolvimento econômico dos assentamentos.
- Busca da legalização dos grupos.
- Concepção de que Economia Solidária não é assistencialismo.
- Estudo da lei de cooperativismo, do crédito popular com recurso público e das licitações públicas.
- Fortalecimento da Economia Solidária no campo e na cidade.
- Descentralização do FEPS, da região metropolitana com a formação do GT de regionalização que realiza palestras e seminários.
- Desenvolvimento de bancos comunitários
- Realização de atividades de formação.
- Formação de redes de interligação entre empreendimentos.
- Plano de formação para incluir o tema da Economia Solidária no currículo de escolas e universidades.
- Apoio à elaboração de projetos e busca de soluções administrativas para empreendimentos.
- Busca de parcerias para concessão de bolsas aos empreendimentos que participam de formações.
- Site do fórum: www.feps.org.br que contém catálogo de empreendimentos
- Criação de fundo rotativo.
- Tributação diferenciada aos empreendimentos.
- Busca de espaço de vendas e realização da III Feira Estadual.
- Questão de tributação específica para empreendimentos que será discutida através do Conselho Estadual.
- É um espaço da sociedade civil organizada

2.1.a) Parcerias

- Faculdade Salesiana
- SolCo Varese – Fondazione Cariplo
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais
- APTA
- FASE
- MPA

Há um fórum regional (ABCDMRR) e 3 fóruns municipais (São Paulo, São Carlos e Campinas) estruturados no estado, além da Rede de Trocas Solidárias, de redes de desenvolvimento local na cidade de São Paulo e da Frente parlamentar. Há dificuldade de representação nas reuniões gerais por falta de recurso.

1.a) Bandeiras/Ações:

- Rede de trocas e o uso de moeda social.
- Articulação com a Frente Parlamentar.
- Organização e fortalecimento dos fóruns regionais.
- Encontros e seminários de caráter formativo.
- Marco legal (atuação junto ao PL do estado e os federais), além da lei de cooperativas sociais.
- Articulação com o movimento de mulheres o da Saúde Mental.
- Estímulo à recuperação de empresas por trabalhadores.
- Apoio à comercialização.

2.1.a) Parcerias:

- Igreja Católica
- Poder Público Municipais e Federal
- DRT e algumas sub-delegacias
- Consórcios Intermunicipais
- Agências de Desenvolvimento Local

III) Discussão Geral

1) Identidade Política

1.b) outras bandeiras que não estão sendo defendidas ou desenvolvidas.

- A recuperação das empresas;
- Rearticulação das matrizes energéticas, como participamos deste debate... (mini-usinas de álcool ou de biocombustível a partir da agricultura familiar);
- Consumo – construção de um plano de ação de consumo endógeno, para dentro do movimento;
- Marco legal;
- Sustentabilidade e representatividade dos Fóruns.
- Viabilizar a participação dos empreendimentos no movimento:
 - Trabalhar para a consolidação financeira dos empreendimentos.

- Divulgar as experiências, oportunidades de projetos e políticas públicas por meios populares: rádios comunitárias, panfletos, cartilhas.
- Utilizar linguagem mais acessível.

1c) Quais as bandeiras nacionais que influenciam as ações dos fóruns estaduais?

- Mapeamento
- Feiras
- Centros Públicos

1d) Bandeiras e ações nacionais que devem ser prioritárias:

- Reafirmar em todas as ações do FBES e dos fóruns estaduais, a Economia Solidária como modelo sócio-econômico de superação da economia vigente.
- Incentivar a articulação cadeias produtivas locais, regionais, nacionais e internacionais (com ênfase na América Latina) através da integração de projetos e parcerias de formação como o PLANSEQ, e realização de encontro das cadeias produtivas. Os CPTER (Centro Público de Trabalho e Emprego e Renda) podem ser o espaço de formação e incubação destas cadeias produtivas.
- Acesso a crédito e financiamento solidários;
- Comunicação / Divulgação da Economia Solidária;
- Efetivação do Sistema do Comércio Justo e Solidário;
- Captação própria de recursos para buscar a independência do FBES e dos fóruns estaduais;
- O marco legal deve ser aprimorado, a nível federal, municipal e estadual;
- Buscar a integração dos fóruns estaduais com mais freqüência;
- Formação e educação com construção de uma escola nacional de Economia Solidária (houve proposta de escolas estaduais);
- Colocar em prática o consumo ético e sustentável. O fórum Brasileiro deve contratar produtos e serviços dos empreendimentos e se preocupar com o resíduo produzido (uso de papel, descartáveis, resíduo orgânico) nos encontros;
- Projetos de lei que facilitem a emissão de notas e a facilitação das compras públicas em todas as esferas de governo, priorizando a compra de merenda escolar, vestuário etc de pequenos produtores, tendo no mapeamento uma forma de prospecção de negócios.
- Ajudar a montar planejamentos estratégicos nos estados;
- Inserir a Economia Solidária na grade curricular do ensino infantil, fundamental, médio e universitário;
- Manter e ampliar as oficinas de formação durante as feiras nos estados e municípios.
- Rede de trocas solidárias com ou sem moeda social.

- Ampliar a discussão sobre o impacto ambiental de nossas ações (agroecologia e manejo de resíduos e recursos naturais).

2) Relação do FBES com outros atores

2.1.b) Avaliação das parcerias com a sociedade civil:

- O Fórum é um espaço de debates dos movimentos que trabalham a Economia Solidária, suas bandeiras se fazem presentes em outros diversos movimentos. Devemos acolher os diferentes movimentos para que tragam suas pautas e possamos dialogar, sem termos que atuar diretamente em todos os espaços.
- Quilombolas, indígenas e Movimento Sem Terra devem se integrar às discussões dos fóruns estaduais e do FBES
- Parceiros e alianças citadas foram:
 - Ripess - apesar de o FBES não ter uma discussão política sobre a questão de relações internacionais;
 - Faces
 - IMS - o programa de feiras contrata apenas empresas capitalistas para gerir a atividade.
 - Movimentos sociais: Catadores, Segurança Alimentar, de Mulheres, Moradores de Rua, GLBTT, Negro e de Matrizes Africanas e outros.
 - Universidades.

2.1.c) Como avançar nas parcerias.

- Definir o que é o papel fórum e de seus segmentos, para definir quais são os parceiros em potencial.
- Saúde Mental – Ampliar ações junto aos CAPES e NAPES, associações e organizações sociais surgidas deste segmento, bem como incentivar as Cooperativas Sociais.
- Agricultura Familiar – intensificar as ações junto a política nacional, através da participação nas Conferências do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), buscando a integração junto aos fóruns estaduais e FBES.
- Segurança Alimentar – buscar influir no processo de preparação e na própria Conferência Nacional de Segurança Alimentar que será realizada em maio.
- Catadores – busca permanente das Cooperativas de Catadores, bem como os catadores autônomos.

2.1.d) Como despertar a Economia Solidária na sociedade civil e na juventude em especial

- Divulgação nos meios de comunicação e através de oficinas nas feiras e a divulgação dos empreendimentos.
- Cursos e momentos de formação na rede de ensino público.
- Criação de GT específico para juventude.
- Trazer os pontos de cultura para participação nos fóruns estaduais e FBES.
- Diálogo com a política pública de trabalho e renda para a juventude, buscar parcerias com entidades que desenvolvem trabalhos com jovens, a exemplo da do Consórcio da Juventude, Escola de fábrica, Primeiro emprego, Empreendedor Juvenil.
- Buscar os segmento das mulheres e adolescentes, vítimas de violência, para participação nos fóruns estaduais e FBES.
- Aproximar-se do Hip-Hop e outros movimentos de juventude

2.2.a,b,c) avaliação da relação do FBES com o governo federal:

- Muita dependência do FBES na sua relação com o governo.
- Na relação com a Senaes, há falta de critérios para liberação de projetos de apoio e as demandas do movimento dificultaram o encaminhamento de projetos importantes. Existe confusão sobretudo nas ações práticas, nem sempre se entende quem implementa as ações.
- O FBES deve intensificar e qualificar sua incidência e diálogo com diferentes instâncias de governo. O Conselho Nacional é hoje espaço privilegiado para o debate e desenvolvimento de agenda comum de Economia Solidária envolvendo o movimento, governo e outros atores da sociedade civil organizada. Mas, garantir a implementação das conquistas do movimento no conselho, ou mesmo seguir na luta por pautas perdidas no conselho exigem organicidade e força política de negociação do FBES.
- Em se falando da relação com o governo, a SENAES é nosso principal interlocutor e deve ser fortalecido como tal dentro da estrutura de governo. Para tanto, é preciso que o FBES e SENAES criem espaços de diálogo franco para construir estratégias comuns respeitando a liberdade de atuação autônoma para dentro e para fora do governo e dos projetos políticos estabelecidos em mesa de negociação.
- Na avaliação dos fóruns estaduais, o Mapeamento e as Conferências foram pontos positivos e realizados com poucos tropeços.
- O FBES deve apontar macro-políticas que atendam ao conjunto do movimento dentro de uma estratégia de priorizar os territórios sócio-econômicos, apontando a unificação deste conceito nas várias instâncias do governo federal, incluindo as redes, cadeias produtivas e utilizando o SIES como ferramenta para construir esta política pública;

- Formulação de propostas de políticas públicas pautando-as no Conselho Nacional de Economia Solidária.

2.2.d) Como assegurar o papel do FBES no Conselho Nacional.

- Os representantes do FBES no CNES devem participar das reuniões ordinárias do FBES, socializar as atas de reuniões do Conselho Nacional, além de estabelecer calendário comum de encontros.
- O papel de protagonista do FBES, na CONAES passa pelo compromisso político de todas as entidades defenderem os acordos políticos consensuados dentro do fórum, bem como a sua plataforma.

2.3.a) Sustentabilidade financeira do FBES.

- Compromisso político de sustentabilidade do FBES passa pela cooperação de todas as entidades e empreendimentos que o compõem.
- Há o problema do gerenciamento do recurso (figura jurídica?) e da profissionalização da captação do recurso.
- pela captação de recursos nacionais e internacionais;
- recursos públicos;
- comercialização de produtos com a marca do FBES.

3) Estrutura e funcionamento do FBES

a) as atuais instâncias atendem aos desafios da Economia Solidária?

- As instâncias e estruturas respondem bem às necessidades. O problema é a falta de linguagem única. Sendo que existem muitas reivindicações regionais ou estaduais (falta de visão nacional).

b) Como pode ser a organização do FBES?

- A construção da pauta tem que ter como prioridade as pautas vindas dos estados e regiões.
- Reduzir a agenda – tentar socializar a agenda com os fóruns estaduais e criar um Calendário Nacional.
- Divulgar informes impressos por meio de boletins trimestrais.
- Passar as decisões da Executiva do FBES para a Coordenação Nacional, que deve repassar para os demais Fóruns estaduais, regionais e municipais.
- Captação de recurso pelo FBES para manter, no mínimo, um militante remunerado para realizar a secretaria de cada fórum estadual.
- Liberação de um militante do movimento para realizar mobilização, articulação e formação política pelo estado.

- Repensar e refazer o planejamento, a organização e a gestão para hierarquizar as demandas e prioridades.
- Canal direto de comunicação com a Coordenação Executiva.
- Recomendamos a renovação dos militantes nos espaços de participação.

Coordenação Nacional

- Na plenária de 2007, a renovação da coordenação deverá ser de 50%. As plenárias nacionais deverão acontecer de quatro em quatro anos. Nas plenárias seguintes a renovação será de 1/3. Anualmente será feita a renovação de 1/3 da coordenação dos membros com mais tempo de mandato acumulado.
- Um critério interessante para garantir o acúmulo já existente nos debates dos fóruns de Economia Solidária, e ao mesmo tempo a constituição de novos atores, é a renovação de 25% nos militantes que participam destes espaços, com continuidade de 75% que garantem a continuidade e densidade dos debates.
- A partir da 4ª Plenária, o mandato da representação na coordenação nacional deverá ser de três anos, renovando anualmente um terço da representação.

Coordenação Executiva

- A coordenação deve ser formada por 5 pessoas liberadas (dentre os membros da coordenação nacional) com o critério de militância no movimento e que tenha visão do conjunto dos movimentos. Elas fariam a articulação do movimento a nível nacional e internacional.
- Redução dos membros titulares para sete participantes e um mandato de dois anos.
- Tarefa da Coordenação Executiva de se reunir com os conselheiros.

Secretaria Executiva

- Número é insuficiente. É preciso que a sua equipe seja composta de militantes que são forjados no movimento e vão a secretaria para cumprir o papel político e operacional demandados pelo FBES.

Grupos de Trabalho - GTs

- Criação de GTs permanentes.
- Retomada do GT de comunicação, que garanta a fruição de informações para fora do movimento de Economia Solidária.
- Deve-se manter os GTs, fortalecer os fragilizados, fazer com que a sua pauta e agenda seja definida na Coordenação Nacional.
- Rever o papel dos GTs frente ao Poder Público, visto que temos hoje o CNES.
- Os GTs devem ter o papel de mobilização social.

3.2 Segmentos e composição

a) A atual composição em 3 segmentos atende aos desafios?

- Composição com 4 segmentos, sendo preenchidas as vagas com maioria de empreendimentos e seguindo a proposta de composição abaixo.
- Composição recomendada aos fóruns estaduais para a Coordenação Nacional: Empreendimentos, Entidades de fomento, Frente Parlamentar, Gestores e Movimentos Sociais. Sendo a maioria de empreendimentos.
- Abertura para representação dos movimentos sociais e da frente parlamentar com direito a voz e voto, como 4º e 5º segmento.
- Manutenção de dos 3 segmentos e garantir representação da Frente Parlamentar e dos Movimentos Sociais na forma atual da representação das entidades nacionais.

Entidades Nacionais na Coordenação Nacional

- Apenas os representantes dos fóruns estaduais teriam direito a voz e voto. As representações nacionais só teriam direito a voz.
- Eliminação da representação de organizações nacionais, deixando apenas a representação pelos fóruns estaduais.
- Redução do número de representantes das organizações nacionais de 16 para 8 - o critério de organização nacional deve ser considerado a partir da atuação nos fóruns estaduais.
- Cabe as Organizações Nacionais definirem os seus papéis no FBES, considerando a necessidade de uma distinção das organizações representativas e de assessoria.

b) Qual o papel de articulação dos segmentos nos fóruns estaduais e no FBES?

- Garantia de implementação e normatização de políticas públicas nas diversas esferas de governo, canal para captação de recursos.
- A Rede de Gestores, o FBES e os fóruns estaduais tem que ter um diálogo maior com a Frente Parlamentar Pró Economia Solidária. Solidária, visto que é de suma importância a sua participação para ajudar na construção do Marco Legal, uma agenda do Movimento.
- A rede de gestores deve discutir e deliberar sobre a participação da SENAES e da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) nas instancias da rede, considerando que as representações do Governo Federal terão direito a voz e não a voto nas instancias do Fórum Brasileiro.
- contribuir para que os empreendimentos sejam protagonistas, garantir a implementação de ações que visem o fortalecimento do movimento - a formação, crédito, pesquisa, publicações, desenvolvimento de tecnologia, assistência técnica etc.
- Difundir as práticas da Economia Solidária dentro dos seus movimentos e trazer suas pautas para um espaço de diálogo.

- Discutir suas necessidades, marco legal, reivindicar políticas públicas, difundir o movimento, atuar nos diversos segmentos econômicos e sociais articulando-se em rede e cadeias produtivas.

3.3 Representação

- O principal critério de participação deve ser o acúmulo que cada um carrega consigo em seu caminho militante e a constituição de novos atores sociais em construção.
- Levantar critérios de participação nos fóruns estaduais.

Recomendação: recorte de raça e gênero em todas as representações.

IV) Avaliação do encontro